

XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Tucumán, San Miguel de Tucumán, 2007.

Aspectos políticos de la inclusión social: el ejemplo de los deficientes en Brasil.

Gutierrez, Gustavo Luis (Unicamp, São Paulo, Brasil).

Cita:

Gutierrez, Gustavo Luis (Unicamp, São Paulo, Brasil). (2007). *Aspectos políticos de la inclusión social: el ejemplo de los deficientes en Brasil. XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Tucumán, San Miguel de Tucumán.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-108/1014>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

**O privilégio da interação com o deficiente :
Observações sobre comunicação e inclusão do deficiente no Brasil
Gustavo Luis Gutierrez**

Resumo

Este texto apresenta uma reflexão sobre a comunicação e inclusão do deficiente a partir de características do modelo de interpretação de Habermas, como mundo da vida e sistemas dirigidos pelos meios poder e moeda. Aponta a especificidade da construção de consensos em condições específicas de corporeidade e aspectos inerentes à inclusão em ambientes regidos pela generalização de relações estratégicas.

Palavras chaves

Deficiência, Habermas, comunicação, inclusão

Introdução

Este texto tem características de ensaio, buscando uma primeira aproximação ao tema da deficiência, uma área na qual eu não sou especialista e onde ainda tenho muito que aprender. A intenção original é confrontar alguns aspectos do debate com categorias de análise apresentadas por Habermas, como o Mundo da Vida e Sistemas dirigidos pelos meios poder e moeda, acreditando que esta interface permite ampliar o horizonte teórico da discussão e, ao incorporar novos aspectos, contribuir para o desenvolvimento de novos olhares sobre o assunto.

O texto aborda também a questão da inclusão, numa perspectiva teórica, onde novamente as categorias habermasianas auxiliam a reflexão e avaliação das praticas mais comuns na realidade concreta. Finalmente, convém alertar o leitor que as questões aqui apresentadas necessitam de um maior desenvolvimento e deixar registrado, também, um agradecimento especial aos colegas da área de adaptada da FEF pelas inúmeras conversas e ensinamentos, ilustrativos da especificidade deste campo de estudo, com que me brindaram no transcorrer do passado recente.

A comunicação com o deficiente

O deficiente, seja ele DF, DV, DA ou DM, apresenta-se ao leigo não portador de deficiência como um exemplo de diferença. Trata-se de uma pessoa com a qual ele não compartilha uma identidade absoluta da condição de corporeidade, ou seja, vai se relacionar com alguém cujo corpo possui uma especificidade que o obriga a adotar novos parâmetros de comunicação que, em condições mais comuns, ele não precisaria desenvolver. Trata-se de uma interação condicionada por uma “diferença” que acarreta conseqüências inicialmente pouco claras ao sujeito da comunicação, principalmente quando este sujeito não possui uma vivência prévia nesse tipo de interação, em função de seu passado familiar ou social.

A dificuldade, inerente à interação com o diferente, acarreta um esforço adicional se comparado com uma relação mais padronizada e comum ao sujeito da ação da fala, ou ainda se comparado com relações antigas nas quais as diferenças existentes já estão incorporadas aos códigos de comunicação por ambos os participantes.

Este esforço inicial adicional é composto de elementos que vão desde questões muito simples e operacionais, até aspectos complexos e, inclusive, pouco conscientes desde a perspectiva do agente da comunicação. É uma espécie de leque onde estão presentes desde questões básicas como o uso do toque físico e da voz para avisar a aproximação e o distanciamento (usando o exemplo específico da interação com o DV), até dimensões de natureza subjetiva como a existência de medos arraigados desde longa data, ou a incorporação de preconceitos milenares de natureza religiosa.

Uma contribuição interessante do trabalho de Habermas é a concepção de que a possibilidade de sucesso da comunicação transcende o simples conhecimento de um código específico entre as pessoas. A comunicação só é possível a partir de um conjunto de experiências comuns, que ambos os sujeitos compartilham, no espaço da sociabilidade espontânea denominado mundo da vida. Por exemplo, a palavra “casa” seria muito difícil de traduzir para uma pessoa criada num meio exclusivamente nômade, embora sua tradução seja muito simples entre membros de populações sedentárias. A partir de um mundo da vida compartilhado, o sucesso da ação comunicativa vai depender do sentido teleológico do sujeito agente da ação de fala, da inexistência de coerções externa que limitem ou condicionem a ação e da maturidade dos sujeitos, compreendida também como a existência de subjetividades intactas.

Para entender o conceito habermasiano de ação comunicativa é preciso destacar dois aspectos: “... o teleológico de realização de fins (ou de execução de um plano de ação) e o comunicativo de interpretação da ação e de obtenção de um acordo. Na ação comunicativa os participantes perseguem, de comum acordo, seus respectivos planos de ação sobre a base de uma definição comum da situação.”(Habermas, 1987 v.II, p. 180). Isto constitui, basicamente, uma ação coordenada a partir de um consenso acordado previamente entre os agentes da ação, aproximando assim racionalidade e verdade relativa por meio do consenso enquanto critério de validade. Esta ação desempenha um papel essencial para o desenvolvimento coletivo e individual: “Sob o aspecto funcional do entendimento, a ação comunicativa serve à tradição e à renovação cultural; sob o aspecto da coordenação da ação, serve à integração social e à criação de solidariedade; e sob o aspecto da socialização, finalmente, serve para a formação de identidades pessoais”. (Habermas, 1987 v. II, p. 196). A possibilidade de sucesso da ação comunicativa vai depender então da existência de um mundo da vida comum e compartilhado entre os agentes da ação da fala, em condições de liberdade e sem a presença de coerções, entre subjetividades intactas, onde o conceito de amadurecimento moral de Kohlberg conforme definido por Habermas (1989) tem um papel importante.

Não há aqui condições, ou necessidade, de desenvolver melhor estes conceitos, acessíveis em outras publicações (Gutierrez 2004). O mais importante é apontar que uma condição específica de corporeidade pode trazer novos elementos que interferem na comunicação, para além dos sociais e psicológicos já apontados por Habermas. O simples papel da fala, sempre presente na ação comunicativa habermasiana, se transforma profundamente na presença, por exemplo, do DA, embora continue existindo a comunicação.

Para compreender a importância deste processo é preciso explicar a característica do espaço de sociabilidade espontânea para Habermas, denominado mundo da vida. “Podemos imaginar os componentes do mundo da vida, a saber, os modelos culturais, as ordens legítimas e as estruturas de personalidade, como se fossem condensações e sedimentações dos processos de entendimento, de coordenação da ação, e de socialização, os quais passam através do agir comunicativo” (Habermas, 1990, p.96). Trata-se de integrar toda a dimensão cultural, ideológica e psicológica, também referida como superestrutural, num campo determinado a partir do entendimento espontâneo e intersubjetivo. O mundo da vida é o lugar transcendental onde falante e ouvinte se encontram, e onde se dão os processos de reprodução cultural,

integração social e socialização. Constitui, portanto, a categoria fundamental da teoria, além de sugerir a independência da cultura com respeito à coerção externa. “...o mundo da vida constitui, na situação de ação, um horizonte que não pode ser ultrapassado; é uma totalidade sem reverso. Para os membros de um mundo sócio-cultural de vida carece, a rigor, de sentido perguntar-se se a cultura, à cuja luz terão de relacionar-se com a natureza externa, com a sociedade e com sua própria natureza interna, dependem empiricamente de outra coisa.” (Habermas 1987, p. 212)

Frente a uma condição de corporeidade diferente, o que Habermas define como condensação e sedimentação dos processos de entendimento sofre uma interferência decorrente das condições específicas que atingem o falante agente da ação e o ouvinte, ou receptor, do proferimento. Constitui-se assim uma dinâmica onde, num exercício de alteridade, se alternam os papéis de proferimento e de compreensão da mensagem, com deficiente e não deficiente buscando superar suas limitações físicas e cognitivas para adequar mutuamente mensagem e compreensão da mensagem, à luz das diferenças de corporeidade presentes.

A colocação habermasiana de independência da cultura enquanto horizonte que não pode ser ultrapassado é coerente no sentido do sujeito da ação no interior do mundo da vida. Pode, contudo, ser repensada, enquanto uma representação subjetiva parcial ou modificada desde a perspectiva do sujeito da ação social que, inserido no mundo da vida, decodifica a sua leitura a partir de uma condição distinta de corporeidade. A interação entre o deficiente e o mundo da vida vai dotá-lo de uma percepção dos “modelos culturais e das ordens legítimas” através de uma “estrutura de personalidade” onde estarão presentes aspectos específicos inerentes à sua condição especial de corporeidade. A deficiência, neste sentido, cumpre um duplo movimento onde, ao mesmo tempo, se soma mais uma diferença presente na construção do diálogo entre os sujeitos, e se perde a percepção por parte dos demais participantes da ação comunicativa das outras diferenças previamente existentes, relegadas a um segundo plano, ou simplesmente apagadas, pela forte presença da situação de deficiência. Esta é uma abordagem estritamente teórica. Um melhor desenvolvimento depende de trabalhos empíricos destacando a especificidade de cada tipo de deficiência, sua influência com relação à percepção subjetiva das relações típicas do mundo da vida, e o papel do momento do início da sua incidência na vida da pessoa.

A relação entre as pessoas sempre se dá a partir de uma situação de diferença, e é justamente esta capacidade de percepção e incorporação da diferença do outro que vai determinar a possibilidade de sucesso no processo de construção argumentativa de consensos. Neste caso, convém atentar para dois aspectos: (a) a existência de uma diferença muito evidente não quer dizer que não existam outras diferenças e (b) a ausência de uma diferença muito evidente não significa necessariamente identidade.

No primeiro caso é interessante destacar que a diferença da pessoa deficiente, na sua interação com o não deficiente, não se limita à diferença que a condição específica de corporeidade impõe, mas esta diferença vem somar-se aos demais aspectos físicos, intelectuais, sociais, políticos e de personalidade que interferem na comunicação. Ou seja, a condição específica de corporeidade inerente à deficiência não anula, e eventualmente nem sequer se sobrepõe, às demais características pessoais. A pessoa deficiente, no exercício da interação social, soma sua característica específica de corporeidade decorrente da deficiência às demais características que o completam enquanto ser humano como, por exemplo, gênero, capital cultural, origem de classe, formação política e aspectos de personalidade como introversão ou capacidade de liderança. A condição de deficiência, portanto, articula-se com os demais elementos que compõem a estrutura de personalidade, reforçando alguns, suavizando outros, e incorporando novas dimensões. Não se trata aqui, é claro, de propor ignorar a condição de deficiência. Mas apontar que a condição de deficiência não pasteuriza as demais características de personalidade podendo até, em condições específicas, constituir-se num elemento absolutamente secundário na construção argumentativa de consensos, em condições de liberdade, entre subjetividades intactas, conforme é característico das relações presentes no mundo da vida. O sucesso da interação vai depender da possibilidade de construção de uma relação de empatia. A presença em um, ou vários, dos participantes de um diálogo de uma condição específica de corporeidade soma-se aos demais aspectos com os quais o grupo deverá lidar, dentro do marco de uma relação sempre complexa e multifacetada.

No caso da situação (b) a intenção é apontar para um aspecto que complementa a reflexão anterior. A ausência de diferenças evidentes de corporeidade não pressupõe a possibilidade de construção de uma identidade, entre sujeitos agentes da ação de comunicação, mais fácil, mais rápida, ou até mesmo mais provável que no caso da interação entre deficiente e não deficiente. O leque de diferenças possíveis é tão amplo que existe uma

quantidade enorme de aspectos que podem obstar o sucesso comunicativo da ação, independente da presença de diferenças específicas de corporeidade.

A interação com o deficiente constitui um momento privilegiado para o auto conhecimento, assim como para aprofundar a percepção da interface entre o corpo e a forma de apreensão do real. A interação do não deficiente com o deficiente coloca o primeiro, inicialmente, frente ao desafio de dominar códigos básicos para entabular a comunicação. Exige também que ele lide conscientemente com a carga de preconceitos que o acompanha desde os primórdios da formação da subjetividade, frente à herança histórica e simbólica que permeia a questão da deficiência. Finalmente, frente ao fato de que a deficiência é uma das diferenças que permeiam a possibilidade de sucesso da ação comunicativa, mas não a única e nem tampouco necessariamente a mais importante, a interação pode constituir-se num exercício de alteridade muito rico e gratificante. O sucesso da comunicação entre deficiente e não deficiente permite que ambos percebam, de forma mais clara, a presença da corporeidade e suas implicações para a interação social, a partir de diferentes perspectivas e condições.

A inclusão e sua concretude

A compreensão da idéia de inclusão passa pela definição de seu oposto: a exclusão social. Como aponta Giovana F. Leal, para muitos pesquisadores o conceito de exclusão social é vago e impreciso. “Em alguns casos, o termo indica ruptura de laços sociais; em outros, refere-se a uma forma desvantajosa de inserção na sociedade capitalista, ou ainda a impossibilidade de acesso a bens materiais e simbólicos. A cada significado de exclusão social, subjaz uma determinada maneira de entender a sociedade. Além disso, cada significado implica na construção de uma determinada via de encaminhamento de possíveis soluções para o problema.”(2004).

O conceito de inclusão, portanto, é fortemente político. O Estado, num determinado momento, sofre uma pressão da sociedade civil organizada, da opinião pública e/ou de eleitores que o leva a agir no sentido de criar condições especiais para a inclusão de determinados segmentos da população em espaços específicos, seja através da sua própria estrutura estatal, seja através de legislação que obrigue atores econômicos a um movimento no mesmo sentido. As demandas específicas dos deficientes inserem-se neste debate mais amplo, competindo por atenção e verbas com uma enorme gama de demandas diferentes, que vão desde menores em situação de risco até

grupos de pressão de ex-acionistas de alguma empresa que faliu, passando pelos sem-terra e até mesmo pelos sem-computador.

A intenção aqui, repetindo Leal, é perceber o deficiente como alguém que sofre uma forma desvantajosa de inserção na sociedade capitalista, que impossibilita seu acesso a bens materiais e simbólicos, adotando uma leitura bastante específica da obra mais recente de Habermas enquanto modelo teórico para entender a sociedade ou, usando as mesmas palavras da autora, como a maneira de entender a sociedade que subjaz o significado de exclusão social. Habermas apresenta um modelo de interpretação do real que, em termos extremamente resumidos, destaca dois espaços onde os sujeitos interagem através de formas distintas de comunicação. Além do mundo da vida, definido anteriormente como o lugar transcendental onde falante e ouvinte se encontram, Habermas aponta os sistemas dirigidos pelos meios poder e moeda enquanto os espaços das relações políticas e das relações econômicas, caracterizados pela comunicação estratégica entre seus participantes. Trata-se, especificamente, do espaço da luta político-partidária e do espaço das empresas incluindo o mercado de trabalho. Na comunicação estratégica, ao contrário da comunicativa, a linguagem não é usada para construir um consenso entre subjetividades intactas, mas para obter no outro um comportamento útil ao falante, no sentido de conseguir maximizar ganhos de poder e moeda. Ou seja, trata-se do uso da linguagem para satisfazer um projeto egocêntrico de sucesso, o que só pode ocorrer no interior dos sistemas dirigidos pelos meios poder e moeda, já que aqui a busca de consensos é esvaziada e substituída por critérios gerais de sucesso: maximizar poder e moeda.

O agir estratégico é o resultado de uma mudança na coordenação da ação, em que aparecem meios de controle e a despotencialização da busca comunicativa de consensos. “Significa uma desconexão da interação com respeito aos contextos do mundo da vida. Meios como dinheiro e poder partem de vinculações cuja motivação é empírica; codificam um acordo ‘racional com respeito a fins’ com massas de valor susceptíveis de cálculo, e possibilitam o exercício de uma influência estratégica generalizada sobre as decisões dos outros participantes na interação, num movimento de engano e rodeio dos processos de formação lingüística do consenso. Como não somente simplificam a comunicação lingüística, senão que a substituem por uma generalização simbólica de prejuízos e ressarcimentos, o contexto do mundo da vida, no qual sempre estão inseridos os processos de entendimento, fica desvalorizado e submetido às interações regidas pelos meios (poder e moeda):

o mundo da vida já não é necessário para a coordenação das ações.”(1987, p. 258/9)

O modelo habermasiano é muito complexo, assim como a articulação interna das diferentes categorias. Além disso, é preciso ter presente que, por ser atual, alguns aspectos ainda estão sendo debatido a partir de diferentes interpretações. Não cabe aqui se alongar nesta explanação. O que importa destacar, para efeito deste texto, é que a questão da inclusão, num sentido geral, e mais especificamente a inclusão do deficiente, pode ser analisada a partir destes dois espaços distintos, onde a comunicação ocorre de forma diferenciada: por um lado o mundo da vida caracterizado pela sociabilidade e espontânea e as ações comunicativas, e por outro lado os sistemas dirigidos pelos meios poder e moeda onde encontramos a vigências das ações estratégicas.

No primeiro caso trata-se de discutir, por exemplo, características e extensão de práticas de lazer direcionadas especificamente para o deficiente, ou atividades esportivas individuais e coletivas com um matiz lúdico, destacando seus efeitos benéficos a nível físico, social e psicológico. No segundo caso convém separar o espaço institucional da política, do espaço específico do mercado de trabalho. No campo da política parece haver um descompasso entre a formulação de propostas direcionadas à população deficiente, frente à possibilidade de uma representação efetiva desta população por si mesma. Ou seja, embora exista uma atenção política para com o deficiente, não se percebe no meio político um esforço real no sentido de possibilitar o acesso do deficiente à sua própria representação, enquanto possibilidade de vir a ser eleito no Poder Legislativo ou Executivo. É de se destacar que enquanto se discute, por exemplo, cotas para as universidades públicas, os mesmos políticos não discutem cotas para a distribuição de vagas nas legendas partidárias.

Com relação ao mercado de trabalho, existe atualmente em vigor uma legislação que permite pensar em avanços na condição futura dos deficientes. As categorias de análise desenvolvidas por Habermas auxiliam a refletir, não especificamente sobre o trabalho do deficiente, mas as características do mercado de trabalho a que a legislação faz referência. Para Habermas, tanto o sistema político, como o econômico, é caracterizado pela generalização das relações estratégicas. Isto significa dizer que vamos encontrar uma forte competição entre os membros, com pessoas que tentam sistematicamente

manipular umas às outras, nos limites de uma cordialidade teatralizada onde o componente ético tem pouca ou nenhuma presença.

A legislação atual que leva as empresas a contratarem pessoas com deficiências coincide com um movimento mais amplo de interferência, ou até mesmo controle, do espaço da empresa privada por parte da sociedade civil como um todo. Desde o início da Revolução Industrial, até muito recentemente, as relações internas das organizações produtivas privadas era percebido como algo distinto e independente dos princípios de democracia, participação e cidadania que regem, ou deveriam reger, a vida em sociedade. Ou seja, colocado em outros termos, o cidadão que tem na sociedade direitos como de livre expressão, ou de escolher seus dirigentes, via esses direitos tolhidos ao assinar um contrato de trabalho e ingressar numa organização produtiva. Esta espécie de autonomização do espaço privado vem sendo discutida atualmente, como pode ser ilustrado a partir da caracterização de crimes de assédio moral, de sexual ou a prática de “mobbing” (Vilarta, 2006). Esta é uma tendência relativamente recente, sobre a qual não há muitas análises, mas constitui um registro importante cuja evolução convém acompanhar no futuro próximo.

A legislação que incentiva a contratação de deficientes possui aspectos positivos, do ponto de vista individual, como o acesso a uma melhor condição de vida, reconhecimento do próprio valor e aumento da auto-estima. Do ponto de vista mais geral, enquanto política, pode vir a inserir-se no esforço para repensar o papel social das empresas, o limite do poder dos capitalistas e das grandes instituições, e o tipo de relação de trabalho que as pessoas desejam construir no futuro, visando não apenas a subsistência material e o acúmulo de moeda, mas também a melhoria de sua qualidade de vida no sentido amplo. A inclusão do deficiente no meio profissional, uma reivindicação justa e correta, pode incorporar também uma dimensão política, ou até mesmo ética, ao questionar o exercício do poder no espaço de trabalho. Mas, talvez seja conveniente ter, como um dos objetivos, tentar evitar que a generalização das relações estratégicas que caracteriza este ambiente leve, de um lado, a que o deficiente seja massacrado ou, por outro lado, que o deficiente se transforme em alguém que se viabiliza e ascende na organização graças a sua capacidade em massacrar os outros, sejam eles deficientes ou não, num ambiente onde a própria deficiência pode vir a ser usada estrategicamente.

Convém também destacar que as políticas inclusivas devem somar-se aos benefícios e garantias já existentes. É preciso evitar, por exemplo, cair num

discurso parecido ao que atualmente domina discussão sobre a aposentadoria, que passou de ser um direito legítimo de quem contribuiu ao Estado durante a maior parte da sua vida adulta, para transformar-se numa espécie de flagelo universal culpado de todos os males da humanidade. Cabe aqui um rápido relato pessoal. Durante a gestão de uma prefeitura do interior do estado, pude acompanhar parcialmente a implantação de um programa de incentivo à formação de cooperativas populares para ajudar a combater o desemprego. As cooperativas eram, na grande maioria, de reciclagem de lixo doméstico. Surgiu, neste contexto, a proposta de formação de uma cooperativa de deficientes visuais, cujo maior empecilho era o fato destes deficientes receberem auxílios do INSS, o que impediam a abertura de empresa. A iniciativa acabou por não se concretizar, mas ilustra alguns aspectos interessantes. A reciclagem de lixo, mesmo doméstico, apresenta risco à saúde e exige preparação e equipamentos específicos. É o tipo de atividade em que a acuidade visual cumpre um papel importante, inclusive para evitar acidentes. Ao que tudo indica, quem aventou a hipótese, desconhecia tanto as características da reciclagem como da deficiência visual. Além disso, é importante levar em conta que a condição trabalhista neste tipo de cooperativa é muito precária, ainda mais se comparada com um benefício estatal.

Outro espaço que pode merecer atenção é o das práticas esportivas. Há uma diferença importante entre o esporte de lazer, ou ainda a prática esportiva moldada nos critérios de esportes de alto rendimento mas inserida num ambiente de integração e amizade entre os membros, e o esporte de alto rendimento propriamente dito. Assistimos, neste momento, um crescimento da prática esportiva de alto rendimento por parte de deficientes, cujo exemplo mais característico é a para-olimpíada. Talvez, a exemplo do que já foi colocado com relação à inserção profissional do deficiente, fosse interessante pensar a profissionalização deste esportista tendo presente os efeitos perversos já assistidos na profissionalização do esporte em geral, como a valorização da vitória a qualquer custo, a burla dos regulamentos e a prática do doping. Aqui também a inclusão do deficiente pode vir a cumprir um papel exemplar e educativo para a sociedade como um todo.

Observações finais

Como foi colocado no início, este texto procura fazer uma primeira aproximação ao tema da deficiência, usando o referencial habermasiano como base para a reflexão. Parece importante destacar que o uso da proposta de Habermas, pelo menos neste espaço, não incorpora nenhuma pretensão de

verdade absoluta, ou até mesmo de que venha a constituir-se num referencial teórico privilegiado para a pesquisa do tema. A intenção é, apenas, apontar alguns aspectos que, a partir da obra de Habermas, mais chamam a atenção.

Neste sentido, foi feito um recorte sobre a especificidade da comunicação e o impacto, para o seu sucesso, da presença de uma diferença de corporeidade que vem somar-se às demais diferenças sempre presentes entre os agentes da ação da comunicação. Cabe destacar também a ressalva de que a deficiência não apaga as demais diferenças presentes no diálogo, mas articula-se, de forma complexa, na sua totalidade. Com relação à questão da inclusão, o referencial adotado busca destacar a especificidade dos ambientes mundo da vida e sistemas dirigidos pelos meios poder e moeda, no sentido de pensar a inclusão sobre bases teóricas e práticas distintas, frente às características constitutivas de cada um deles.

Bibliografia

GUTIERREZ, Gustavo Luis. Por que é tão difícil participar?, São Paulo, Paulus, 2004.

HABERMAS, Jürgen. Teoria de la acción comunicativa, Madri, Taurus, 1987 (2 vol.)

_____. Consciência moral e agir comunicativo, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

_____. O pensamento pós-metafísico, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1990.

LEAL, Giovana F. A noção de exclusão social em debate. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu, MG, 20/24 de setembro de 2004.

VILARTA, R. Qualidade de vida e fadiga organizacional, Campinas (SP), IPES Editorial, 2006.